

POVO LIVRE

ADIAR OS “PEQUENOS INVESTIMENTOS” É CONDENAR O ALENTEJO

Como balanço de uma jornada de trabalho “muito produtiva”, na iniciativa “Sentir Portugal em... Évora”, o Presidente do PSD afirmou que sai “mais enriquecido, conhecedor da realidade”, “mais habilitado para com os nossos autarcas, os nossos dirigentes, os nossos deputados ao Parlamento Europeu”, para ajudar a ultrapassar as dificuldades de Portugal. Luís Montenegro vai, deste modo, continuar a bater-se pela “gente boa” do Alentejo, “território abandonado”, ávido de respostas urgentes para ultrapassar dificuldades no ensino, na saúde, na agricultura, na demografia, no ordenamento do território, na economia local, no turismo, na mobilidade, nas infraestruturas, no desporto e na cultura

10 PARLAMENTO

CONTAS CERTAS DO PS SÃO FOLCLORE POLÍTICO

No encerramento das Jornadas Parlamentares do PSD, Luís Montenegro ressaltou que o documento não tem credibilidade, nem se perspetiva que venha a ser executado, tal como aconteceu nos últimos sete anos

15 LOCAIS

APOIOS À ECONOMIA DE CASTELO DE PAIVA ESTÃO AQUÉM DAS EXPETATIVAS

O Presidente da Câmara de Castelo de Paiva considera que os apoios do Governo à economia local, após o incêndio de 2017, ficaram aquém das expetativas e “pouco foi feito” no ordenamento florestal

26 REGIONAIS

GOVERNO E MUNICÍPIOS PRETENDEM ADOTAR MEDIDAS DE POUPANÇA DE ÁGUA

O Governo da Madeira e os 11 municípios da região vão avançar com medidas de adaptação às alterações climáticas no domínio da água, através da assinatura de uma declaração da Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas

QUEREMOS CONTINUAR A CRIAR CONFIANÇA

Aquilo que realmente importa é continuar a honrar a ideia original

EMÍLIA SANTOS
Diretora do Povo Livre



No dia 13 de agosto de 1972, saía para as bancas o número 1 do denominado “ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO POPULAR DEMOCRÁTICO”, cujo nome escolhido foi POVO LIVRE. O seu preço de capa era de 2\$50 (hoje, pouco mais de um cêntimo).

No seu editorial, Manuel Alegria, o primeiro diretor interino, falava em “Criar confiança”, num texto marcado pela realidade vivida na época.

Serviu, também, este primeiro número para uma clarificação do posicionamento político do PPD, numa entrevista ao seu então Secretário-Geral, Francisco Sá Carneiro.

Assim começou uma longa caminhada de informação político-partidária deste que, para além de informar, se tornou num autêntico repositório da história do nosso Partido. O POVO LIVRE foi evoluindo e atualizando-se, acompanhando a mudança dos tempos e das vontades e refletindo essas realidades nas suas páginas, em papel e agora em digital, informando os leitores e estimulando a reflexão e o debate de ideias.

Para isso muito contribuíram os vários diretores, que imprimiram as suas dinâmicas pessoais, e o valiosíssimo contributo dos colaboradores do Partido que com eles trabalharam e tornaram possível esta história escrita em 2227 edições.

É no POVO LIVRE que fazemos manchete das nossas vitórias e assumimos as derrotas, que damos voz às diferentes regiões do País,

bem como às comunidades Social Democratas na diáspora. É no POVO LIVRE que lemos as convocatórias para os momentos eleitorais, que ficamos a conhecer os regulamentos e toda a orgânica do PPD/PSD.

Quando o Presidente do Partido me confiou a missão de dirigir esta publicação, senti a responsabilidade do peso da história, mas também a confiança de que seria capaz de dar continuidade a todo este legado e, com a equipa do POVO LIVRE, dar a este nosso jornal uma nova dinâmica para corresponder às exigências dos nossos militantes e simpatizantes.

Assim, decidimos refrescar a imagem da publicação de modo a acomodar os novos conteúdos, salvaguardando a linha editorial que a define. Reformulámos a apresentação das convocatórias e das adendas para melhorar a sua consulta. Evoluímos sem ser disruptivos, fazendo um caminho de forma sustentada e de acordo com as estratégias definidas pela Comissão Política Nacional. E fizemos tudo isto, como sempre, com os nossos colaboradores e funcionários, o que me deixa ainda mais feliz com o resultado obtido.

Mas mais do que a imagem diferente, aquilo que realmente importa é continuar a honrar a ideia original escrita no primeiro editorial do POVO LIVRE: criar confiança. Hoje, tal como na altura, é algo que está, fundamentalmente, nas nossas mãos. É isso que Portugal espera do PSD.

OE2023

UMA PROPOSTA DE “DESESPERANÇA” E DE “REMENDOS”

Luís Montenegro transmitiu ao Presidente da República a posição do PSD sobre a proposta de Orçamento do Estado para 2023.

No final de uma audiência com o Chefe de Estado, no dia 12, o líder do PSD explicou que, “depois de sete anos de governação do PS e do Primeiro-Ministro António Costa (...), este é um Orçamento de desesperança, que está associado a um Governo de braços caídos, que não tem a força transformadora que se exigia a quem tomou posse há meia dúzia de meses”.

Luís Montenegro critica a ausência de “uma perspetiva transformadora do país”, de “empobrecimento” das famílias e de “crescimento ilusório”, consagrados num documento que se limita a apresentar “um conjunto de remendos que vão sendo apresentados casuisticamente”. “Estamos a empobrecer, porque os serviços públicos oferecidos à população estão com perdas de qualidade significativas (...) Não temos esperança de que este Orçamento possa ele próprio ter remendo, no sentido de se poder configurar como um instrumento positivo de políticas públicas no próximo ano”, sintetizou.



Os serviços públicos oferecidos à população estão com perdas de qualidade significativas

SENTIR PORTUGAL EM... ÉVORA

ADIAR OS “PEQUENOS INVESTIMENTOS” É CONDENAR O ALENTEJO

Não nos vamos calar, nem vamos calar a voz daqueles que nos procuram

Luís Montenegro considera que é tempo de os “governantes” do país “assumirem responsabilidades”, procurando tomar as decisões que verdadeiramente resolvam os problemas dos cidadãos, empresas e instituições. “Daqui lanço aos governantes deste país um apelo muito sério: assumam as suas responsabilidades, assumam que as suas políticas, ou a falta delas, a sua incapacidade de transformar as políticas públicas está a ter consequências que estão a dar um empobrecimento à população”, afirmou.

No final do quinto e último dia da iniciativa “Sentir Portugal... em Évora”, dia 14, Luís Montenegro garantiu que o PSD continuará a escrutinar e a fiscalizar a ação do Governo e da maioria socialista. “Não nos vamos calar, nem vamos calar a voz daqueles que nos procuram para que sejamos a voz deles”, acrescentou.



Pequenas obras têm, por vezes, um efeito muito maior que aquelas que se apresentam com pompa e circunstância.

O líder do PSD criticou, em concreto, a incapacidade do Ministério da Educação em garantir o normal funcionamento das escolas a tempo e horas. “Hoje, não há professores, porque o Governo não conseguiu antever aquilo que se iria passar com as aposentações, coisa que, aliás, pode vir a acontecer a breve prazo, no ensino superior”, apontou.

Ainda no dia 14, Luís Montenegro reiterou o apelo que fez ao longo da semana na iniciativa “Sentir Portugal em... Évora”: o Governo não pode continuar a adiar a concretização de pequenos investimentos que são “cruciais” para as populações. É o que tem acontecido com a gestão da água, um bem tão escasso, mas “só sete anos depois, parece que o Governo acordou para este tema”.

Em Viana do Alentejo, na sexta-feira, o Presidente do PSD lembra que se tem “perdido muito tempo” só para legislar e executar um “Plano Nacional de Regadio verdadeiramente eficaz, que possa conjugar o interesse

de manter a nossa agricultura viável, rentável, com a preservação do meio ambiente”. Nesse sentido, o PSD acaba de apresentar um projeto de resolução no Parlamento, com várias recomendações para o país ter um Plano Nacional de Regadio eficiente.

Para Luís Montenegro, na agricultura, no ambiente e nos recursos hídricos, “pequenas obras” fazem toda a diferença e, muitas vezes, nem sequer têm impacto nos Orçamentos do Estado. “Que não se adiem mais os investimentos. O facto de estarmos numa região com o maior lago artificial da Europa, que teve um investimento que totalizou 2.500 milhões de euros, mas haver concessões que confrontam com o Alqueva e não conseguem ter uma rega eficiente, é frustrante e dececionante. (...) Pequenas obras têm, por vezes, um efeito muito maior que aquelas que se apresentam com pompa e circunstância e que custam milhões de euros”, declarou.



Excesso de burocracia é “um impedimento para o investimento” no turismo do Alentejo

Luís Montenegro acredita que é possível “aproveitar” as potencialidades que o Alentejo oferece no turismo, um setor que é cada vez mais “diversificado”, vocacionado para o sol e o mar, mas também para a natureza, a produção de vinhos (enoturismo), o património, a religião e a cultura.

Depois de ter visitado o centro interpretativo do tapete em Arraiolos e de ter almoçado com empresários, dia 13, o Presidente do PSD mostrou-se sensibilizado para os problemas que atingem o turismo local, em particular o excesso de burocracia, que é “um impedimento para o investimento”.

O Presidente do PSD citou o caso de um empresário que demorou dez anos para desenvolver um projeto

de uma unidade de alojamento local, com 50 quartos. “Para um país que tem no turismo um dos motores da economia, uma das suas fontes de criação de riqueza, temos de criar mecanismos que sejam mais céleres, eficazes e atrativos”, afirmou.

Luís Montenegro apelou à “coragem

Primeiro ato do ministro da Saúde: o encerramento de serviços

Luís Montenegro lamenta que se esteja “já a falar de encerramento de serviços de urgência ou de espe-

lhar em conjunto, e os dois a endossarem mutuamente responsabilidades. Onde ficam os portugueses no meio disto tudo? Onde é que fica a prestação dos serviços que são necessários, onde é que fica, por uma vez, a responsabilização do PS, que governa há sete anos de dizer: ‘fa-lhei na política de Saúde’”, disse.

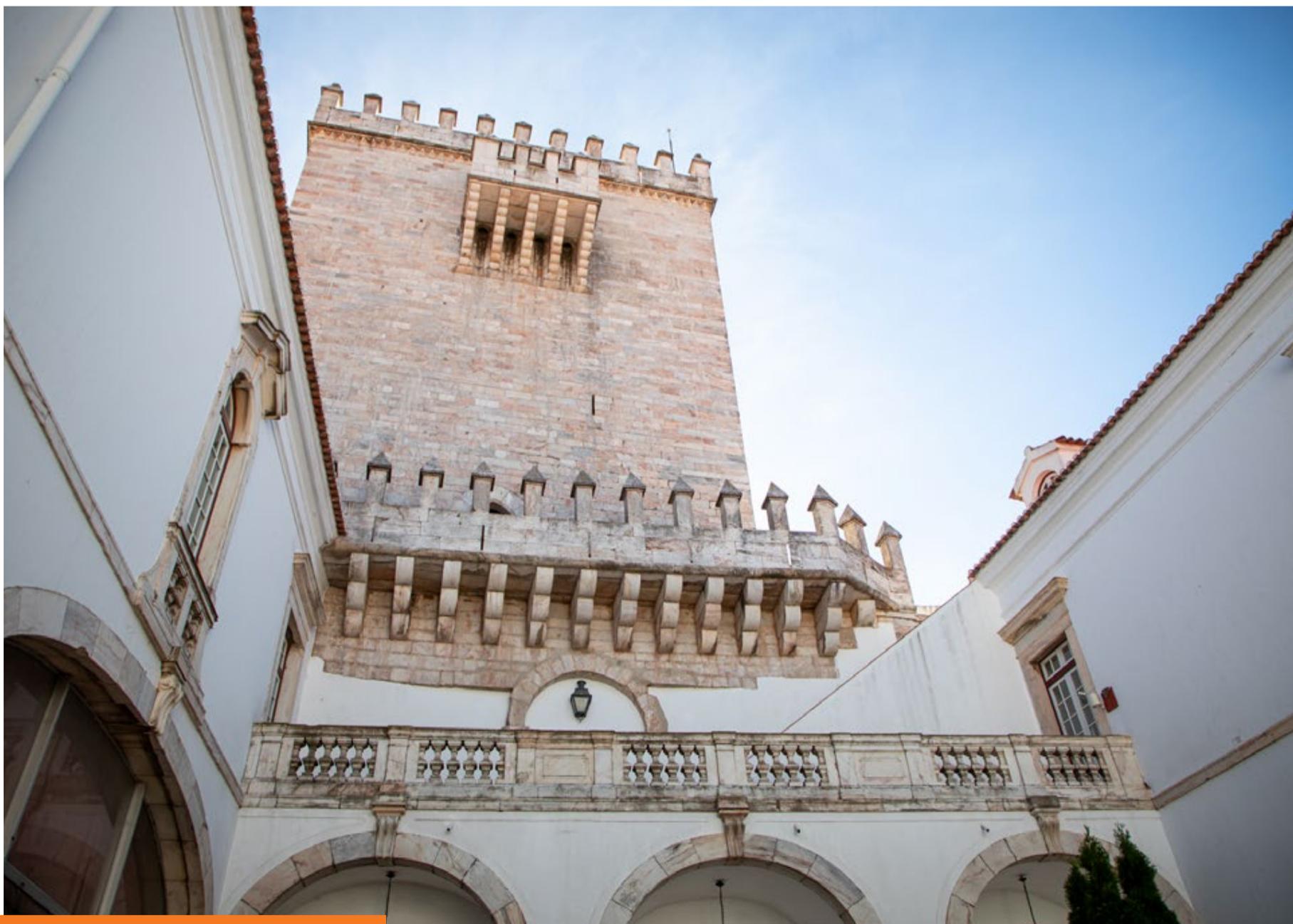
Para o Presidente do PSD, o problema está, sobretudo, “na incapacidade de responder às necessidades”, mesmo que mudem os protagonistas. “Quando este ministro da Saúde foi empossado e se criou o Estatuto do Serviço Nacional de Saúde e a sua direção executiva, o Primeiro-Ministro matou, à partida, qualquer boa expectativa sobre estas alterações, porque disse que mudavam os protagonistas, mas a política continuava a mesma. Ora, se a política vai continuar a mesma, os resultados vão ser os mesmos, vai ser a incapacidade de responder às necessidades e, por isso, já estamos a falar de encerramentos”, apontou.

Onde é que fica, por uma vez, a responsabilização do PS, que governa há sete anos?

para enfrentar as adversidades”, ao desenvolvimento do “produto e da marca” e “à produção com criação de valor” em cadeia como fórmulas para ultrapassar as dificuldades, tais como os custos dos fatores de produção, o encarecimento da energia e das matérias-primas.

cialidades” no Serviço Nacional de Saúde, “quase como o primeiro ato” do novo ministro da Saúde.

Luís Montenegro falou sobre as primeiras propostas de Manuel Pizarro. “Vamos ter um ministro e um ministro-sombra, os dois a traba-





Como balanço de uma jornada de trabalho “muito produtiva” e que culminou na atuação do grupo de cantares alentejanos “Era Uma Vez O Cante”, na sexta-feira, o Presidente do PSD sublinhou que sai “mais enriquecido, conhecedor da realidade”, “mais habilitado para com os nossos autarcas, os nossos dirigentes, os nossos deputados ao Parlamento Europeu”, para ajudar a ultrapassar as dificuldades de Portugal.

O Presidente do PSD vai, deste modo, continuar a bater-se pela

“gente boa” do Alentejo, “território abandonado”, ávido de respostas urgentes para ultrapassar dificuldades no ensino, na saúde, na agricultura, na demografia, no ordenamento do território, na economia local, no turismo, na mobilidade, nas infraestruturas, no desporto e na cultura. “Levo comigo no coração gente boa, gente que luta contra as adversidades, para manter vivo um território que foi abandonado”, salientou.

”

**Levo comigo
no coração
gente boa,
gente que
luta contra as
adversidades.**

Luís Montenegro

COMEÇOU “A LADAINHA HABITUAL DO ORÇAMENTO DO ESTADO”

Luís Montenegro acusa o Governo de enganar os portugueses com “a ladainha habitual da semana de apresentação do Orçamento do Estado”, é um Executivo de “muita conversa fiada”. Para o Presidente do PSD, a prática mostra, contudo, “poucos resultados, pouco impacto na vida das pessoas”, já que “as intenções e as expetativas criadas” pelos socialistas “não são materializadas” mais tarde na vida dos cidadãos, empresas, instituições e autarquias locais.

Na sessão de encerramento da conferência “A Transferência de Competências e os Fundos Comunitários”, promovida pelo Instituto Sá Carneiro, este sábado, em Leiria, o líder do PSD começou por denunciar o embuste das propostas orçamentais dos governos socialistas. “Estamos numa semana de grande folclore político, na semana da ladainha habitual da apresentação dos orçamentos do Partido Socialista. Sempre que há apresentação dos orçamentos do Partido Socialista, e já os vemos há sete anos, há dinheiro para tudo, há reforço de investimento, há mexidas nos impostos, vai tudo recorrer bem, e depois territórios estão abandonados”, disse.

Luís Montenegro sublinha que “se formos comparar tudo aquilo que

os membros do Governo, a começar pelo Primeiro-Ministro e a continuar pelo ministro das Finanças, dizem na semana em que apresentam o Orçamento ao país com aquilo que realizam de janeiro a dezembro do ano seguinte, nem metade chega à vida das pessoas, à realidade das instituições e das autarquias locais”.

O Presidente do PSD diz que a marca da governação é visível nos incêndios florestais, com a secretária de Estado da Proteção Civil, que se deu por satisfeita, declarando que a situação “não era assim tão má”, porque só ardera “70% da área que era admissível arder”, ou quando a ministra da Presidência veio “dizer que podíamos estar descansados que a serra da Estrela, agora que ardeu, iria ficar muito melhor para o futuro”.

Na saúde, os resultados são igualmente “péssimos”, com o “encerramento de urgências” em Leiria e por todo o país, com o fecho de maternidades e blocos de parto e de outros serviços de saúde. “Temos mais de 4 milhões de pessoas que têm seguros de saúde ou estão na ADSE”, precisou.

Na economia, Portugal ocupa hoje o 21.º lugar na União Europeia em





PSD, salientando que as desigualdades se estão a agravar, “porque quem tem dinheiro tem sempre resposta”.

Sobre a crise inflacionária e a escalada de preços dos bens, Luís Montenegro condenou a resposta tardia do Governo em reconhecer que era preciso apresentar “um programa de ajuda para quem tem mais dificuldades e mesmo para a classe média”.

termos de rendimento, com cada vez mais portugueses a ganharem o salário mínimo nacional, com o “investimento público” em níveis baixos.

No ensino, está instalada a confusão por causa da falta de professores para 60 mil alunos, mesmo que o ministro procure sacudir responsabilidades. “O que é que o ministro [da Educação] foi dizer de novo ao Parlamento? Foi dizer que a culpa da falta de professores era do PSD. (...) O ministro da Educação, na esteira da secretária de Estado da Proteção Civil, porque estas coisas fazem escola, veio dizer que ainda bem que foram só a 60 mil [alunos a quem faltou um professor], porque era previsível que fossem 100 mil”, referiu Luís Montenegro.

“É por isso que estamos mais pobres”, considerou o Presidente do

A propósito da TAP, Luís Montenegro entende que as decisões políticas e operações financeiras do Governo têm de ser denunciadas publicamente, explicadas às pessoas e apuradas ao pormenor. “Nos últimos sete anos, fomos governados por este Primeiro-Ministro. (...) Foi o que aconteceu com as escolhas da TAP. (...) Vamos querer apurar isto até às últimas consequências, tudo aquilo que foram as decisões dos últimos anos na TAP, para saber por que é que os contribuintes tiveram de injetar tanto dinheiro como aquele que estamos agora injetar. (...) Quando se fez essa operação, foi 50% para cada lado, mas o risco foi todo o Estado. Foi uma benesse concedida aos investidores privados que tinham assumido o risco de ter a maioria do capital, e foi uma benesse escolhida voluntariamente”, explicou.

LUÍS MONTENEGRO NAS JORNADAS PARLAMENTARES

CONTAS CERTAS DO SÃO FOLCLO

O Orçamento do Estado de 2023 n



O Orçamento é um plano de intenções, um conjunto de *PowerPoints*

Luís Montenegro



O PS RE POLÍTICO

ão tem credibilidade



O Presidente do PSD defendeu que a proposta de Orçamento do Estado para 2023 apresentada pelo Partido Socialista é “um plano de intenções, um conjunto de PowerPoints”.

No encerramento das Jornadas Parlamentares social-democratas, dia 18, em Lisboa, Luís Montenegro ressaltou que o documento não tem credibilidade, nem se perspectiva que venha a ser executado, tal como aconteceu nos últimos sete anos. “É folclore político, não se vai executar, o que é prometido agora, vai ser prometido outra vez no próximo ano, na próxima proposta de Orçamento do Estado”, disse.

Referindo-se à expressão utilizada recentemente pelo Secretário-geral do PS, António Costa, sobre estarmos perante uma corrida de estafetas, o Presidente do PSD afirmou que o Partido Socialista “nunca consegue passar um testemunho em melhores condições do que recebeu antes”. Enumerando o caso de António Guterres, cujo testemunho foi o “pântano”, e o testemunho de José Sócrates, a bancarrota, Luís Montenegro disse que no caso de António Costa, este vai pela terceira vez receber um testemunho, “vai-se atrapalhar e vamos ter de apanhar o testemunho e reiniciar a corrida”.

Ao longo do discurso, o Presidente do PSD enumerou ainda os motivos pelos quais Portugal está numa rota de empobrecimento e reiterou

o compromisso do PSD em fazer uma oposição verdadeiramente fiscalizadora, ao mesmo tempo que traça o caminho de alternativa ao falhanço das políticas socialistas.

PS é o Governo que não faz, desfaz!

Hugo Soares acusa o PS de ser “perito em desfazer” tudo na governação. “Temos um Governo socialista que não faz. Temos um Governo do PS que é perito em desfazer”, afirmou o Secretário-Geral do PSD, que vê neste padrão de comportamento uma continuação da expressão de Jorge Coelho – “Quem se mete com o PS, leva”. “Agora, quem põe o PS a governar não faz, mas desfaz”, apontou.

Hugo Soares, que participava na sessão de abertura das Jornadas Parlamentares do PSD, na segunda-feira, deu como primeiro exemplo desta forma de desfazer a reforma do IRC acordada entre o PSD e o PS. “A verdade é se essa reforma tem continuado, hoje, o ministro da Economia (...) não precisava de ser desautorizado (...) pelo ministro Finanças e pelo Primeiro-Ministro, porque o IRC em Portugal já rondava nos 17%, ao contrário dos 21% que as empresas pagam atualmente”, referiu.

De acordo com Secretário-Geral social-democrata, o partido tem de ser capaz de explicar que, quando

defende a descida do IRC, pretende libertar as empresas para “poderem investir” e pagar melhores salários.

Na saúde, “por opção ideológica”, sublinhou, “o PS não soube construir, mas desconstruir”. “Temos hoje o caos no SNS. O PS desfez as Parcerias Público-Privadas, designadamente, no Hospital de Vila Franca de Xira ou no Hospital de Braga”. Essa opção ideológica traduziu-se “em mais portugueses com menos médicos de família, mais horas de espera nas consultas, mais dias de espera para intervenções cirúrgicas e com as dívidas na saúde a aumentar”.

O Secretário-Geral deixou ainda um aviso, sobre a discussão que se avizinha no regresso ou não dos debates quinzenais ao Parlamento. Hugo Soares refere que “...a vontade do PS (e isto tem passado um bocadinho escondido) é transformar os debates quinzenais ou mensais numa espécie de comício do Primeiro-Ministro, em que este fala sozinho, não é interpelado, e no fim volta a fazer outro comício ao país”. Para Hugo Soares, “se o Primeiro-Ministro se furtar ao contraditório no debate com os deputados, ao imediatismo das perguntas, estamos perante mais um grande atro-

pelo à democracia e ao funcionamento do parlamento. Não é e não deve ser admissível”, reforçou.

O Secretário-Geral agradeceu também aos deputados o trabalho que estão a fazer, de “oposição exemplar, firme e alternativa ao PS”. E declarou que, “para reganhar o eleitorado”, é preciso “recuperar o velho ânimo do PPD”, de ouvir “e recrutar os melhores”, esse é, aliás, o objetivo das Jornadas Parlamentares, que contará com a presença de um painel de especialistas ao longo de dois dias.



A continuação de uma política económica e social errada leva o País a divergir da UE



Joaquim Miranda Sarmento: Orçamento representa a continuação de uma política económica e social errada

O Orçamento do Estado para 2023 traz “um aumento da receita fiscal. O Governo limita-se a tapar buracos, não tem uma linha de rumo e uma estratégia e não diz como vamos pôr o País a convergir com a União Europeia. Também não melhora a qualidade de vida dos portugueses”, afirmou Joaquim Miranda Sarmento, no arranque das Jornadas Parlamentares.

Dedicadas precisamente ao OE para 2023, o líder parlamentar do PSD iniciou os trabalhos enumerando as principais marcas deste documento, apresentado pelo Governo de António Costa. Segundo Miranda Sarmento, este Orçamento representa: o empobrecimento, a falta de crescimento económico, a voracidade fiscal, a degradação dos

serviços públicos, a falta de cumprimento de promessas, o aumento da dependência do Estado e a falta de reformas estruturais.

Tal como o líder parlamentar ressaltou, o país está “estagnado” e a nossa economia continua a ter “baixa competitividade”, pelo que esta proposta de orçamento representa a “continuação de uma política económica e social errada, que leva o País a divergir da União Europeia”.

Para os social-democratas, o caminho continua a ser “dar mais e melhor qualidade de vida aos portugueses” e, no Parlamento, os próximos dois dias vão ser marcados por uma discussão, com membros da sociedade civil, de várias matérias ligadas à proposta orçamental.



GOVERNO TRANSFORMOU A TAP NUM “BURACO NEGRO”

O PSD acusou o Governo de colocar os portugueses a pagar os prejuízos da TAP, transformando a empresa num verdadeiro buraco negro, “onde se enterra dinheiro e ideologia socialista”.

Num debate de atualidade sobre a privatização da companhia aérea, promovido pela bancada do partido, na Assembleia da República, o vice-Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, Paulo Rios de Oliveira, denunciou a cambalhota do Governo que prometeu manter uma TAP pública e agora a quer vender ao desbarato. “Um brinquedo de afirmação ou desgraça do ministro Pedro Nuno Santos”, concluiu.

No mesmo debate o deputado Paulo Moniz defendeu que os socialistas geriram de forma ruínosa o dossiê TAP, ao reverter a privatização da empresa o que já custou aos portugueses 3 mil milhões de euros, “sem nunca assumirem que erraram em toda a linha”.

“Foi um logro”, rematou o deputado António Prôa num debate que expôs a pesada fatura que os portugueses vão ter de pagar por causa das contradições do governo socialista em relação à TAP.

INCÊNDIOS

APOIOS À ECONOMIA DE CASTELO DE PAIVA ESTÃO AQUÉM DAS EXPETATIVAS



O Presidente da Câmara de Castelo de Paiva considera que os apoios do Governo à economia local, após o incêndio de 2017, ficaram aquém das expetativas e alerta que, desde então, “pouco foi feito” no ordenamento florestal.

“Foram poucos os empresários [afetados pelo incêndio] que conseguiram aceder aos apoios, porque exigiam também um esforço financeiro muito grande e nem todos, nomeadamente os que já apresentavam maiores dificuldades, puderam socorrer-se dos mecanismos”, comentou o autarca, acrescentando: “Foi um processo burocrático muito demorado para quem viu todos os seus bens reduzidos a cinzas”.

José Rocha, que cumpre o seu primeiro mandato como Presidente, tendo herdado, há cerca de um ano, do seu antecessor, o socialista Gonçalo Rocha, o que restava fazer do trabalho de recuperação do concelho.

Do lado da floresta, a situação atual de “desordenamento está pior do que antes do fogo” que consumiu cerca de 60% da mancha verde do município, maioritariamente formada por eucaliptal.

Em Castelo de Paiva, no norte do distrito de Aveiro, o incêndio dos dias 15 e 16 de outubro de 2017 deixou desalojadas 15 famílias, cujas habitações ficaram destruídas, e danificou várias empresas.

Cinco anos depois, lamentou hoje o autarca, só este ano foi possível concluir a recuperação da última das 10 casas, consideradas de primeira habitação, destruídas pelo fogo, com apoios disponibilizados pelo Governo – cerca de um milhão de euros.

Por outro lado, alertou, a situação atual da floresta pode desencadear uma situação semelhante à de 2017, quando as chamas evoluíram muito rapidamente, também devido ao vento forte que se fazia sentir.

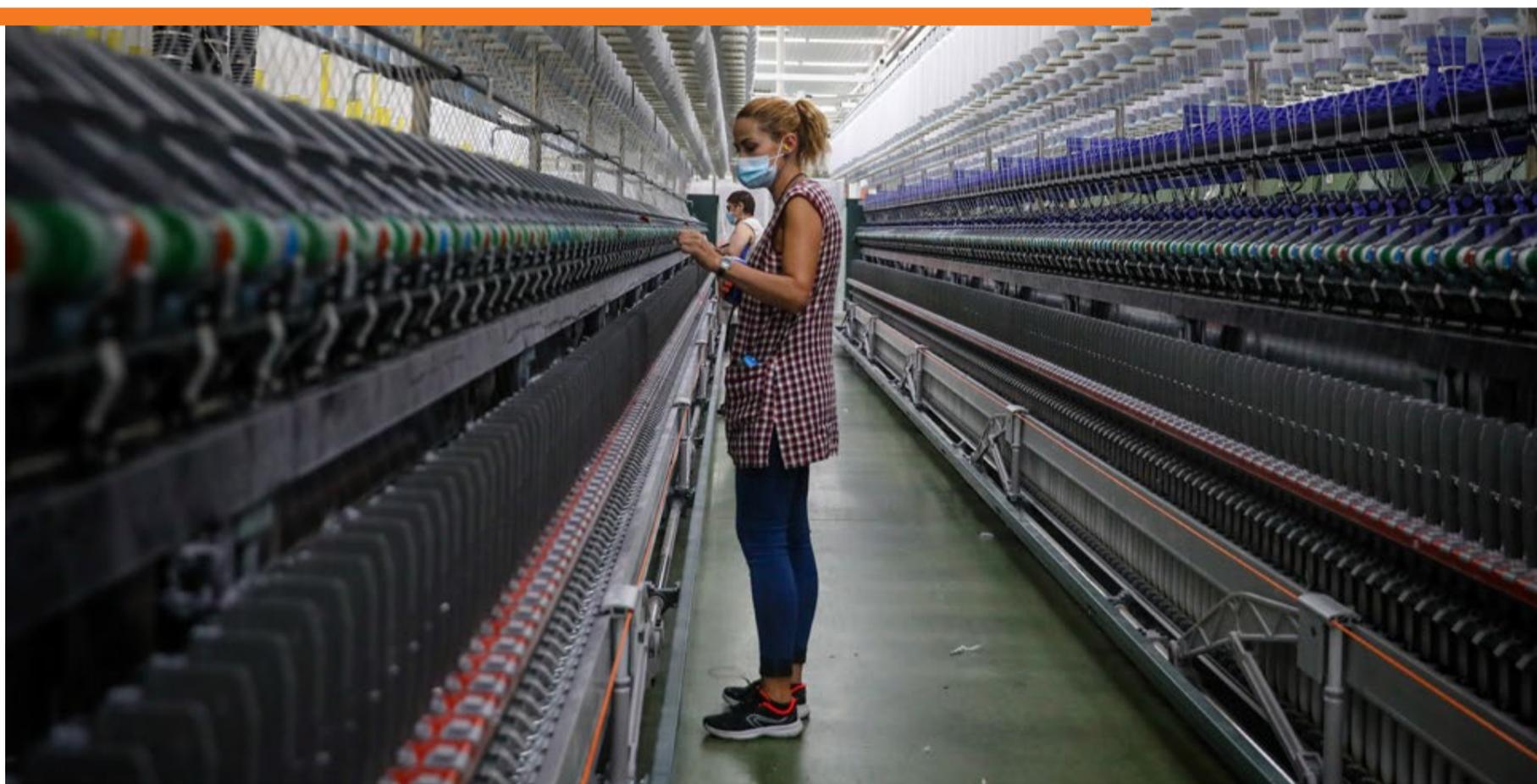
“Neste momento, há uma desorganização muito grande da nossa floresta, com mais matéria combustível do que acontecia antes do incêndio”, reforçou José Rocha admitindo que, “se se conjugarem todos os fatores que se conjugaram naquela fatídica madrugada, pode-se estar perante outro panorama idêntico”.

Para o presidente da câmara, “é preciso fazer mais”, porque “algumas zonas foram replantadas por iniciativa dos populares, mas ao nível do ordenamento florestal nacional muito pouco foi feito”, assistindo-se a “um crescimento da floresta através da regeneração natural das árvores”.

“Apelamos ao Governo para que nos dê mecanismos e diretrizes para que possamos colaborar no reordenamento florestal”, concluiu.

PAMPILHOSA DA SERRA INVESTE 2,1 MILHÕES DE EUROS PARA INSTALAR EMPRESA TÊXTIL

O município da Pampilhosa da Serra, no interior do distrito de Coimbra, vai avançar com a construção de um pavilhão para a instalação de uma fábrica de confeções, que crie, no mínimo, 50 postos de trabalho.



“No fundo, o que estamos a fazer é construir o pavilhão para depois o arrendar a uma unidade fabril têxtil”, explicou Presidente da Câmara Municipal, Jorge Custódio, salientando que a Câmara tenta apoiar o mundo empresarial, “dentro do que é legalmente possível”.

A empreitada, contratada por 2,1 milhões de euros, com um prazo de execução de 300 dias, deve arrancar dentro do prazo máximo de um

mês na zona industrial da Portela de Unhais.

Segundo o autarca da Pampilhosa da Serra, existem duas empresas do setor das confeções, “que já laboram noutros sítios”, interessadas em instalar-se no futuro pavilhão.

“Obviamente, que [o município] ter o custo inicial do investimento é uma benesse para quem se venha a instalar, em vez de construir de início”,

sublinhou Jorge Custódio.

O autarca salientou que a futura unidade terá de criar, pelo menos, 50 postos de trabalho, “o que para a dimensão da Pampilhosa da Serra é muito bom”.

O investimento na construção do edifício insere-se “na estratégia municipal de atrair investimento e criação de postos de trabalho” no concelho, realçou o presidente da Câmara.

ABERTO CONCURSO PARA SISTEMAS DE CARREGAMENTO DE NOVO “FERRY” ELÉTRICO DE AVEIRO

A Câmara de Aveiro lançou um concurso para os sistemas de carregamento elétrico do novo “ferryboat”, que irá ligar São Jacinto ao Forte da Barra, segundo anúncio publicado em Diário da República.

Publicado dia 17 de outubro em “Diário da República”, o concurso tem como valor base 1,33 milhões de euros, devendo os sistemas de carregamento para os cais de São Jacinto e do Forte da Barra serem instalados no prazo de seis meses.

Os sistemas de carregamento irão ser implantados em plataformas específicas instaladas junto aos cais de atracação em São Jacinto, Aveiro, e no Forte da Barra, Ílhavo.

Em reunião do executivo municipal, o presidente da Câmara de Aveiro, José Ribau Esteves, fez saber que os sistemas poderão ser operados por modo automático ou manualmente, considerando esse um fator “por demais importante na operacionalidade das travessias e no cumprimento dos horários dos transportes fluviais de Aveiro”.

O novo ferryboat, 100% elétrico, é a primeira embarcação com essa



característica a ser desenvolvida inteiramente em Portugal e está a ser construída pelo Grupo ETE para a Câmara de Aveiro, num investimento que deverá rondar os oito milhões de euros.

Segundo a autarquia, o navio “vai contribuir com zero emissões de CO2, o que permitirá a redução da emissão de cerca de 300 toneladas de CO2 libertadas pelo atual mode-

lo, reduzindo igualmente em cerca de 30 por cento o consumo energético”.

Comparativamente com o atual “ferry” que faz a travessia, a nova embarcação reforça a capacidade de transporte de viaturas em 30 por cento e de passageiros em 90 por cento.

PSD/SETÚBAL “PERPLEXO” COM EVENTUAL ENCERRAMENTO DA URGÊNCIA DE OBSTETRÍCIA DO BARREIRO-MONTIJO

O PSD de Setúbal manifestou-se “perplexo” com o eventual encerramento da urgência obstétrica do Centro Hospitalar Barreiro-Montijo, alegadamente sugerido pela comissão de acompanhamento encarregue de propor soluções para as urgências de obstetrícia e blocos de partos.

“Como é possível que num centro hospitalar que abrange os concelhos do Barreiro, Montijo, Alcochete e Moita, e que serve mais de 200 mil habitantes, o Governo possa sequer ponderar encerrar uma valência tão importante como a urgência de obstetrícia”, questiona, em nota de imprensa, a Comissão Política Distrital do PSD de Setúbal, dia 12 de outubro.

O Expresso divulgou que a Comissão de Acompanhamento da Resposta em Urgência de Ginecologia, Obstetrícia e Bloco de Partos propôs ao Governo o fecho do atendimento SOS em dois hospitais da Grande Lisboa e dois na área geográfica da administração regional de saúde do Centro: as urgências obstétricas de Vila Franca de Xira, Barreiro, Covilhã e Castelo Branco.

“Esta situação é tanto mais estranha quando se sabe que em 2021 esta unidade hospitalar fez um to-

tal de 1.400 partos e que, até final de agosto deste ano, já tinham sido efetuados 1.025 partos”, afirma a distrital de Setúbal do PSD, considerando que o eventual encerramento da urgência de obstetrícia do Centro Hospitalar Barreiro-Montijo revela desconhecimento das necessidades das populações.

Na nota de imprensa, o partido lembra que o distrito de Setúbal tem cerca de 900 mil habitantes e registou o maior crescimento da população de todos os distritos do país nos últimos Censos.

A Comissão Política Distrital do PSD, que considera “imperioso apostar mais na saúde, no reforço do SNS e melhorar os serviços prestados à população e não encerrar serviços e desqualificar os equipamentos de saúde”, adianta que vai pedir uma reunião ao Conselho de Administração deste Centro Hospitalar e à Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo.

O PSD desafia ainda o Presidente da Federação do PS e os deputados socialistas a repudiarem a proposta de encerramento da urgência de obstetrícia do Centro Hospitalar Barreiro-Montijo, “de forma a evitar mais uma medida lesiva dos interesses” dos cidadãos.

CÂMARA DE LISBOA VAI FAZER LEVANTAMENTO DOS EDIFÍCIOS DE BAIROS MUNICIPAIS EM “DEFICIENTES CONDIÇÕES”

A Câmara de Lisboa aprovou uma proposta para fazer o levantamento dos edifícios de bairros municipais em “deficientes condições” de conservação, salubridade e habitabilidade e criar uma Equipa de Missão para apoiar as famílias carenciadas.

Discutida em reunião privada do executivo camarário, esta proposta foi apresentada na sequência dos “preocupantes testemunhos de moradores do Bairro das Amendoeiras e do Bairro do Condado, na freguesia de Marvila, quanto ao estado de degradação dos edifícios em que residem”.

Por unanimidade, foi aprovada a criação de “uma Equipa de Missão multidisciplinar para acompanhamento e apoio às famílias carenciadas, proprietárias de habitação própria, adquirida a partir de arrendamento social, com incapacidade financeira para suportar os encargos decorrentes [...] da necessidade da reabilitação e manutenção dos edifícios em que residem”, recorrendo à organização de candidaturas a fundos públicos programados, nacionais ou comunitários, designadamente do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

Outra das deliberações é para mandar a EMEL - Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, para que cumpra o estipulado no contrato programa, que prevê “concessão de 5.000 passes GIRA gratuitamente, com o objetivo de promover a mobilidade ciclável como modo de transporte alternativo”.

PSD/PORTO QUER CONTINUAÇÃO DA REDUÇÃO DA CARGA FISCAL

A continuação da redução da carga fiscal e o reforço da verba para reabilitar arruamentos no Porto são algumas das medidas que o PSD quer ver incorporadas no orçamento municipal de 2023, revelou o presidente da concelhia.

À margem de uma reunião com o presidente da Câmara do Porto, o recém-eleito presidente da concelhia do PSD/Porto, Alberto Machado, afirmou que a mesma teve como objetivo “reafirmar o compromisso” relativamente ao acordo de governação, celebrado entre o partido e o movimento independente de Rui Moreira, após as autárquicas de 2021.

Lembrando que o acordo pretende dar “estabilidade governativa à cidade”, o recém-eleito presidente da concelhia do PSD/Porto destacou as medidas do partido que contemplaram o orçamento municipal de 2022 e que foram “concretizadas”, como a redução da carga fiscal, a redução da fatura da água no primeiro escalão de consumo, o reforço das verbas a transferir para as juntas de freguesia e início da criação de uma rede de creches.

“Assim irá acontecer também em 2023”, acrescentou Alberto Machado, também vereador na Câmara Municipal do Porto.

Entre as medidas, Alberto Machado destacou a continuação da redução da carga fiscal ao nível do IRS, que em 2023 representará “uma redução de 20% da componente municipal”, o “reforço do orçamento” na reabilitação dos arruamentos e iluminação pública e a “continuidade do crescimento” da rede de creches na cidade.

Dar início a um projeto-piloto de vias partilhadas entre modos suaves e automóveis e um projeto-piloto de transporte a pedido em zonas desfavorecidas da cidade são outras das medidas que o partido quer ver in-

cluídas no orçamento municipal do próximo ano.

A par disso, o presidente da concelhia do PSD/Porto disse querer ver concretizada a “reformulação das Avenidas Atlânticas”, cujo concurso deverá ser lançado até ao final deste ano, revelou na terça-feira a Câmara do Porto.

Alberto Machado destacou ainda que o acordo de governação, celebrado há quase um ano, irá durar todo o mandato, até porque há medidas “longas”, como a rede de creches e redução da carga fiscal.

“Essas medidas mais longas também dão esse sinal de que o acordo é para o mandato e que estamos verdadeiramente empenhados em que funcione”, acrescentou, dizendo que o objetivo do partido é “dar corpo a uma estabilidade governativa que permita a quem tem funções executivas fazer o melhor pela cidade”.

Adiamento da descentralização de competências na ação social

Alberto Machado defende também que o processo de descentralização de competências na área da ação social deveria ser adiado, considerando a área “sensível e importante” para ser delegada “em cima da hora”.

“Ainda há muita coisa que precisa de ser posta em ordem [na área da educação] para avançarmos já para uma área tão sensível e importante”, afirmou.

As competências da área da ação social e saúde serão assumidas definitivamente pelas câmaras no próximo ano.

Alberto Machado disse “concordar” com o adiar do processo de transfe-



rência de competências na área da ação social, por este ser “em cima da hora” e coincidir com “vários problemas” que estão a ser resolvidos na área da educação.

Alertando que do ponto de vista financeiro, o que a Segurança Social investe junto das famílias carenciadas e através de Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) “já é deficitário”, Alberto Machado destacou que o valor plasmado nos documentos do Governo reflete uma diferença de cerca de 700 mil euros numa das parcelas do trabalho social.

“Nos documentos que andam a circular é só uma diferença de 800 mil euros que é o que a Segurança Social diz que gasta agora para 100 mil euros que pretende transferir para o município”, referiu, dizendo ser preciso “avaliar a dimensão deste buraco”.

“Este alijar de responsabilidades do Governo para os municípios pode levar a que os municípios possam entrar em graves dificuldades financeiras no futuro”, acrescentou, dizendo que as dificuldades vão ter como consequência direta o “mau estar” dos cidadãos mais carenciados.

Os municípios vão receber até 1.204 milhões de euros (ME) através de um Fundo de Financiamento da Descentralização (FFD) para desempenharem as competências descentralizadas da administração central, segundo a proposta de Orçamento do Estado para 2023 (OE2023). Segundo a proposta, entregue a 10 de outubro no parlamento, o FFD é dotado de um valor até 1.204.852.860 euros, dos quais a maior fatia vai para as competências descentralizadas na área da educação, que podem receber até ao montante máximo de 1.019 ME.

PONTA DELGADA QUER INSTALAR SISTEMA DE VIDEOVIGILÂNCIA

O Presidente da Câmara de Ponta Delgada, Pedro Nascimento Cabral, revelou que o município pretende instalar um sistema de videovigilância devido à insegurança, que reconheceu ser um “problema grave” do concelho açoriano.



Após uma reunião do Conselho Municipal de Segurança, o autarca defendeu que a videovigilância é uma “fonte dissuasora de comportamentos ilícitos, sejam de ordenação social ou criminais”.

“Foi criado, por unanimidade, um grupo de trabalho que tem por missão iniciar os procedimentos legais e necessários para formular o pedido de instalação de videovigilância em Ponta Delgada”, afirmou.

Pedro Nascimento Cabral lembrou que o pedido vai ser formulado ao Ministério da Administração Interna, carecendo, posteriormente, de um parecer positivo da Comissão Nacional de Proteção de Dados.

“O grupo de trabalho tem por missão estudar quais são as áreas, de acordo com os requisitos legais, que são

merecedoras de um sistema de videovigilância, porque nós não podemos colocar um sistema de videovigilância onde melhor nos aprouver”, assinalou.

O social-democrata reconheceu que o maior concelho açoriano “começa a ter focos de criminalidade”, devido ao consumo das drogas sintéticas.

“Sabemos bem o tipo dificuldades com que nos deparamos no dia-a-dia, designadamente no centro histórico de Ponta Delgada. Mas não é exclusivo do centro, é também de muitas freguesias do concelho, sobretudo pela questão das dependências. Temos aqui um problema grave”, afirmou.

O Presidente da câmara deu o exemplo da freguesia de São Pedro, onde decorrem “fenómenos graves” de

prostituição, de consumo de substâncias ilícitas, de violência física e de furtos.

Pedro Nascimento Cabral reiterou que o município está a fazer um “esforço” para aumentar o policiamento na cidade, lembrando o anúncio para a contratação de 15 agentes para a Polícia Municipal.

“Não temos meios para fazer uma verdadeira atuação de policiamento de proximidade. Agora, dentro dos meios que temos, da Polícia de Segurança Pública e da Polícia Municipal, fazemos um grande esforço”, sublinhou.

Em 3 de outubro, várias associações empresariais manifestaram “profunda preocupação” com o “aumento da pobreza, mendicância, alcoolismo e toxicoddependência” no centro da

cidade de Ponta Delgada e vão solicitar reuniões com as autoridades regionais e polícia.

Em 15 de setembro, a Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada (CCIPD) pediu, com “muita urgência”, uma “atuação integrada” entre o Governo açoriano, a autarquia e as forças de segurança para combater a “mendicância” e a “insegurança” na cidade.

A situação dos indigentes na baixa de Ponta Delgada motivou uma petição, subscrita por mais de 90 pessoas, incluindo o presidente da autarquia, Nascimento Cabral, a solicitar mais policiamento nas ruas, conforme noticiou o Açoriano Oriental em 30 de julho.

GOVERNO DOS AÇORES ADMITE CONSTRUIR NOVO CENTRO DE SAÚDE NAS LAJES DO PICO

José Manuel Bolieiro admitiu, dia 11, construir um novo centro de Saúde nas Lajes do Pico, tal como é reivindicado pela população, mas não se quis comprometer com a solução proposta pelo município.

“Queremos comprometer-nos com uma solução e estamos a trabalhar a solução mais adequada, portanto este é um preliminar que estamos a fazer e que encaro com uma atitude positiva da Câmara, porque, em vez de se limitar a criticar, assumiu a responsabilidade de apontar um lugar e uma alternativa”, disse o governante, após a visita ao pavilhão desportivo das Lajes do Pico, que o município pretende demolir, para a construção da nova unidade de saúde.

A construção de um centro de saúde de raiz na vila das Lajes é uma reivindicação da autarca socialista Ana Brum, eleita presidente do município nas últimas eleições autárquicas, embora a solução inicialmente apontada pelo governo de coligação (PSD, CDS-PP e PPM), passasse pela reabilitação do velho centro de Saúde, que funciona num edifício cedido pela Santa Casa da Misericórdia local.

“Para além de todo o interesse e dedicação municipal [a esta causa], houve uma petição pública assinada pelas próprias pessoas que trabalham na Saúde, a reivindicar a construção de um novo Centro de Saúde nas Lajes”, recordou a presidente do município.

A autarca adiantou que a solução agora proposta pela autarquia, permitiria não apenas a construção de uma unidade de saúde nova, como também iria libertar o velho centro de saúde para ser transformado num polo da Santa Casa da Misericórdia, destinado aos cuidados continuados.



O Presidente do Governo lembrou que a decisão de reabilitar o Centro de Saúde das Lajes do Pico “já vinha de trás”, referindo-se ao anterior executivo socialista, mas admitiu que é preferível “suspender” o processo nesta altura e voltar a reavaliá-lo, na busca de uma solução “de consenso”.

“Entendemos que é justo e adequado, para servirmos bem o povo, parar e ver. Portanto, ficou suspenso o anterior processo e vamos agora fazer um diálogo profícuo com o município”, disse José Manuel Bolieiro, adiantando que o Governo vai analisar o assunto, ouvir opiniões e tomar uma decisão definitiva sobre o futuro daquela unidade de saúde.

A autarca lajense entende que a demolição do pavilhão desportivo das Lajes do Pico, para que possa ser construído o novo centro de saúde, “é a melhor solução” para o conselho, permitindo que os cuidados de saúde se mantenham no centro da vila, mas disponibilizou “todos os terrenos municipais” para a solução que o Governo entende ser a mais adequada para a futura edificação.

GOVERNO REGIONAL VAI APOIAR UNIVERSIDADE DOS AÇORES E ALUNOS COM 1,7 MILHÕES DE EUROS

O Governo dos Açores vai financiar a Universidade açoriana em 800 mil euros e disponibilizar, este ano letivo, 950 mil euros para apoiar os estudantes, num total de 1,7 milhões de euros, anunciou o vice-presidente do executivo.

“São 950 mil euros, este ano, para os nossos estudantes para propinas e para bolsas de estudo e 800 mil euros de financiamento para apoiar a tripolaridade da Universidade dos Açores. É um investimento direto do Governo Regional dos Açores na Universidade de um milhão e 700 mil euros”, afirmou Artur Lima.

O vice-presidente do Governo Regional (PSD/CDS-PP/PPM) falava, em declarações aos jornalistas em Ponta Delgada, na ilha de São Miguel, após uma audiência com a reitora da Universidade dos Açores, Susana Mira Leal.

Artur Lima destacou o apoio destinado aos estudantes, salientando que, numa região que tem “a menor taxa de licenciados do país”, o Governo Regional “procura responder, conjuntamente com a Universidade dos Açores, a este desafio”.

“Nós não podemos estar na cauda do país e da Europa no número de

licenciados”, venceu o governante, que é também o responsável pela pasta da Ciência na região.

Artur Lima explicou que o apoio às propinas “é excepcional”, para ajudar os estudantes que não têm capacidade para assegurar o pagamento dos seus estudos e alojamento.

“O Governo da República tem de perceber que estamos a dar um passo fundamental na coesão territorial e social. Mas, o Governo da República tem que tratar com discriminação positiva a Universidade dos Açores. O ensino superior é de responsabilidade nacional e o Governo tem que financiar mais, em quantidade, e melhor, a Universidade dos Açores”, sustentou Artur Lima.

O vice-presidente do Governo dos Açores garantiu ainda que o executivo “está aberto” a novos projetos da academia açoriana e vai estabelecer “uma parceria muito profícua” com a Universidade.

A reitora da Universidade dos Açores assegurou que a academia pretende “prosseguir o caminho de crescimento da produção científica”, revelando o objetivo de, em parceria com o Governo Regional, construir um centro académico clínico.

Segundo Susana Mira Leal, este centro será dedicado à investigação, ao ensaio clínico e à formação na área da saúde.

“Manifestei o interesse da Universidade em constituir, no âmbito da sua incubadora de empresas, um verdadeiro centro de transferência de conhecimento e que isso possa alavancar a capacidade que o tecido empresarial tem na região”, acrescentou.

A reitora adiantou ainda que a Universidade dos Açores vai investir no ensino à distância, nomeadamente nas pós-graduações, numa primeira fase, e, posteriormente, nos mestrados.

Acompanhe-nos no dia-a-dia...

PSD
TV



**Conferências de Imprensa,
Transmissões em direto,
Discursos e intervenções políticas**



**Entrevistas, Opinião, História,
Iniciativas**



**O dia-a-dia da atividade
do PSD**



**Noticiário semanal todas
as sextas-feiras**

PRESIDENTE DO PARLAMENTO DOS AÇORES APELA AO COMBATE DA INSTITUCIONALIZAÇÃO PRECOCE DE IDOSOS

O Presidente do Parlamento dos Açores apelou ao combate da institucionalização precoce da população idosa, defendendo a necessidade de se intervir mais cedo e “de forma mais articulada”.



A posição do presidente do parlamento açoriano, Luís Garcia, foi manifestada no sábado, no discurso de encerramento do XV Congresso Insular das Misericórdias dos Açores e da Madeira, na ilha açoriana do Faial, dedicado ao tema “Sustentabilidade das Misericórdias: Caminhos para o Futuro”.

Segundo uma nota de imprensa do gabinete da presidência do parlamento açoriano, a propósito do Congresso Luís Garcia apelou ainda à conjugação de esforços de todos os agentes da sociedade civil e política no encontro de soluções que garantam o bem-estar das populações, em especial, as mais envelhecidas.

“Apesar dos esforços dos sucessivos governos e dos avanços trazidos por estes 46 anos de Autonomia Regional”, o presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores (ALRAA) reconheceu haver “um longo caminho a percorrer” no que respeita às políticas sociais da Região.

“Nesse contexto, deposito grande esperança e expectativa no programa Novos Idosos, que está a ser implementado pelo Governo Regional dos Açores”, referiu, considerando este um bom exemplo de cooperação entre Governos, Misericórdias e outras IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social).

Citado na mesma nota Luís Garcia sustentou que “os programas sociais e as parcerias” desenvolvidas “entre os Governos Regionais, as

Misericórdias e outras Instituições Particulares de Solidariedade Social” são como alguns “dos melhores exemplos de que em articulação, com diálogo e com regras bem definidas”, é possível “convergir e cuidar” dos idosos”.

“Ao longo dos séculos, as Misericórdias foram sempre promovendo a qualidade de vida das populações locais, prestando, criando e desenvolvendo os seus serviços segundo princípios da qualidade, igualdade e responsabilidade social, defendendo a dignidade humana, apostando no desenvolvimento pessoal dos seus utentes e no desenvolvimento profissional dos seus colaboradores”, sublinhou.

Reconhecendo que as Misericórdias “têm capacidade para ser mais eficazes do que qualquer máquina governamental, e isto sem desprimor para qualquer Governo, por melhor que trabalhe nessa área”, Luís Garcia disse ainda que aquelas instituições “serão sempre um pilar das políticas sociais”.

No âmbito do Congresso Insular das Misericórdias dos Açores e da Madeira, que este ano se realizou na ilha do Faial, decorre hoje uma sessão solene de encerramento dos 500 anos da Santa Casa da Misericórdia da Horta. O próximo Congresso Insular das Misericórdias dos Açores e da Madeira ficou agendado para 2024 no Funchal, na Madeira, segundo a nota do gabinete da presidência do parlamento açoriano.

MISERICÓRDIAS DEVEM SER “OUVIDAS” NA DEFINIÇÃO DE POLÍTICAS



A vice-presidente do parlamento da Madeira afirmou, dia 15, que as misericórdias não podem ser vistas “apenas como uma rede de solidariedade” e devem ser “ouvidas” para contribuir na definição de políticas nas áreas do envelhecimento, família e demografia.

“As misericórdias correspondem e desempenham um papel insubstituível nas respostas sociais em Portugal. Têm uma resposta efetiva, mas têm necessariamente também de ser ouvidas para que contribuam para a definição das melhores políticas”, disse Rubina Leal.

A vice-presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira intervinha no XV Congresso Insular das Misericórdias dos Açores e da Madeira, que decorre até domingo, na ilha do Faial, nos Açores,

dedicado ao tema “Sustentabilidade das Misericórdias: Caminhos para o Futuro”, evento promovido pela União das Misericórdias Portuguesas (UMP).

“Este setor da economia social e solidária não deve ser visto apenas como uma rede de solidariedade. É mais do que isso. Deve igualmente constituir uma rede de conhecimento, uma rede de iniciativa, uma rede de emprego, de participação cívica e de coesão social de todo o território”, defendeu.

Intervindo por videoconferência, Rubina Leal sustentou que as misericórdias, além de estarem no terreno com respostas sociais diretas à população, “têm necessariamente de contribuir para a definição de políticas”, nomeadamente nas áreas do envelhecimento, da longevidade, da

família, natalidade e questões demográficas.

“Não podemos olhar para as misericórdias ou para o setor social e solidário unicamente como sendo aqueles que dão resposta a determinados segmentos da população, como sendo aqueles que existem unicamente para o apoio social, como sendo aqueles que estão dedicados unicamente a cuidar do outro. É mais do que isto, são aqueles que trabalham e estão envolvidos em temáticas que são fundamentais para o nosso país e na definição de políticas”, sustentou.

Rubina Leal destacou o impacto da obra social das misericórdias portuguesas e o trabalho que estas instituições têm na atualidade, estando “sempre presentes” no apoio às populações “em momentos muito difíceis”.

“Para além de serem pioneiras nesta área, são igualmente exímias naquilo que fazem em todo o país e em particular nos arquipélagos da Madeira e dos Açores. Isto deve-se muitas vezes à capacidade que têm demonstrado em formar, em capacitar os seus profissionais”, vincou a vice-presidente do parlamento da Madeira.

A par da atenção dada aos mais frágeis, Rubina Leal defendeu que as instituições devem “olhar” também para “aqueles que são os remediados e que precisam também de apoio”.

“Quem fala das misericórdias fala de todo o setor social e é necessário e importante ter cada vez mais dirigentes que sejam audazes e criativos para encontrar novas repostas para resolver os problemas que afligem a população”, defendeu ainda.

VOTO DE SOLIDARIEDADE COM AS VÍTIMAS DA CATÁSTROFE DE LAS TEJERIAS, NA VENEZUELA

O Grupo Parlamentar do PSD entregou, na Assembleia Legislativa da Madeira, um voto de solidariedade com as vítimas da catástrofe de Las Tejerias, na Venezuela, a 70 quilómetros a leste de Caracas, com maior ênfase à comunidade portuguesa, estendendo, em particular, o seu pesar e solidariedade a todas as famílias afetadas e reiterando o acompanhamento contínuo aos portugueses e lusodescendentes residentes naquele país.

Caracas, Mérida, Falcón, Yaracuy, Carabobo, Aráguá, Miranda, Anzoátegui, Sucre, Monágas, Delta Amacuro, Bolívar e Amazonas foram os estados venezuelanos afetados pelas intensas chuvas com descargas elétricas ocorridas nos dias 8 e 9 outubro.

Mais de vinte pessoas morreram, sendo que duas das vítimas mortais, falecidas em Las Tejerias, a sudoeste de Caracas, eram portuguesas, uma delas natural dos Canhas, na Ponta do Sol.

Estão desaparecidas mais 56 pessoas. Este é um momento de enorme dificuldade para aquelas populações, entre as quais se encontra alguma da comunidade portuguesa residente na Venezuela, e que, além dos efeitos do mau tempo, têm de lidar, igualmente, com os roubos que foram tendo lugar, conforme avançou o cônsul Honorário de Portugal em Los Teques.

Vários estabelecimentos de portugueses foram fortemente afetados, assim como muitas das ligações àquela zona do país.

Para a comunidade portuguesa naquele país e familiares lusodescendentes, esta é uma provação trágica que se junta às contingências políticas e sociais de que a Venezuela

tem padecido e que têm provocado uma crise de refugiados sem precedentes. Não esqueçamos que a Amnistia Internacional, face à realidade que lá se vive, relata a repetida violação dos direitos humanos, em geral, e a multiplicação das detenções arbitrárias, as deportações e as mortes, bem como, a falta de bens de primeira necessidade.

É uma catástrofe cujas dimensões ainda não estão calculadas, sendo de lamentar, firmemente, a perda de vidas humanas.

Este, em particular, é mais um momento em que a Região Autónoma da Madeira continuará a acompanhar a comunidade portuguesa, em especial os mais afetados por esta catástrofe.



**É uma catástrofe
cujas dimensões
ainda não estão
calculadas, sendo
de lamentar,
firmemente, a
perda de vidas
humanas.**

GOVERNO E MUNICÍPIOS PRETENDEM ADOPTAR MEDIDAS DE POUPANÇA DE ÁGUA

O Governo da Madeira e os 11 municípios da região comprometeram-se a adotar medidas de adaptação às alterações climáticas no domínio da água, através da assinatura de uma declaração proposta pela Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas.

A declaração de compromisso, promovida pela Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas (APDA), foi assinada no Museu de Eletricidade, no Funchal, pela Secretária Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, pela empresa pública Águas e Resíduos da Madeira, que representa cinco municípios, e pelas restantes seis autarquias da região autónoma.

Na ocasião, a secretária regional do Ambiente, Susana Prada, explicou que, com a assinatura daquele documento, “os municípios comprometem-se a renovar as redes de água para diminuir o desperdício, a regar os jardins públicos com água da chuva”, assim como a “utilizar também as águas pluviais para a limpeza de estradas”, por exemplo.

“As alterações climáticas vão diminuir as disponibilidades hídricas e temos todos de contribuir. Não podemos só pedir à população que, nas suas casas, adote medidas de

poupança de água. Tem de partir também das entidades públicas e dos municípios”, defendeu.

Susana Prada admitiu que “ainda são elevadas” as perdas de água na região e apontou que o objetivo é “baixar as perdas médias para 40%”.

Os municípios, entidades públicas e a APDA declararam, por isso, o seu compromisso “em impulsionar os esforços necessários para a adaptação e a mitigação às alterações climáticas, em particular no que se refere aos serviços de águas, para garantia das gerações futuras”, lê-se no documento assinado.

“Não obstante todo o trabalho já desenvolvido até à data, estamos certos de que, no seu conjunto, o setor dos serviços de abastecimento e saneamento de água urbana pode ir mais longe no seu dever de apoiar, propor e operacionalizar estratégias e medidas para o combate à emergência climática”, defende a declaração proposta pela APDA.



Regime específico de mecenato para as regiões autónomas

Os deputados regionais do PSD defenderam, dia 11, no Parlamento da Madeira, a criação de um regime de mecenato para as regiões autónomas, alterando o estatuto dos benefícios fiscais.

“O objetivo é atribuir às regiões autónomas a oportunidade de estabelecerem limites e majoração dos benefícios fiscais” pelos apoios facultados, através de Decreto Legislativo Regional, “que podem ser utilizados nas regiões”, explicou o deputado do PSD Carlos Rodrigues, no plenário da Assembleia Legislativa da Madeira.

Segundo o parlamentar social-democrata, neste momento a matéria está dependente da lei nacional, pretendendo-se agora “atribuir essa competência às assembleias regionais”.

Defendendo a necessidade de “uma abordagem mais criativa ao olhar para a fiscalidade” neste contexto, Carlos Rodrigues considerou que a alteração proposta seria uma forma de “incentivar a participação e captar mais empresas”.

Pois, salientou, poderia “funcionar como forma de atrair a integração dessa componente [mecenato]” na atividade das empresas.

Higino Teles, do PSD, considerou que “não tinha lógica o executivo madeirense avançar com fundos para este fim sem esgotar a possibilidade de ajudas da União Europeia e nacionais”, assegurando que “em breve o Governo Regional vai anunciar apoios para esta área”.

Povo Livre

PPD PARTIDO POPULAR DEMOCRÁTICO

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO POPULAR DEMOCRÁTICO

Ano 1
Número 1
13 Agosto 1974
Preço 250

Director Interino: MANUEL ALEGRIA

EDITORIAL

CRIAR CONFIANÇA

A constituição do segundo Governo Provisório e o início de actuação de elementos preponderantes no Movimento das Forças Armadas, como responsáveis por sectores políticos vitais, verificou-se apenas há um mês.

É portanto prematuro, apesar da rapidez com que evolui, presentemente o contexto sócio-político nacional, efectuar qualquer análise crítica sobre a sua actuação.

A composição do elenco que constitui este segundo Governo Provisório foi contudo, quando anunciado, imediatamente sentida, pela maioria dos portugueses como um "coisa boa".

Presentia-se que o contacto directo das Forças Armadas com os actuais problemas nacionais, o seu indiscutível patriotismo e sentido democrático, conduziriam certamente a um maior realismo na apreciação de tais problemas.

Esses realismo provocaria inevitavelmente, a neutralização de quaisquer interesses partidários que se não subordinassem, tanto a curto como a longo prazo, ao verdadeiro interesse Nacional que corresponde à rápida transformação de Portugal, num país livre, democrático e próspero.

A avalanche demagógica de palavras e conceitos, a que se assiste, muitos ultrapassados pela realidade europeia em que nos inserimos, certamente que seria atenuada pelos que, responsáveis perante todos os Portugueses e a História, tenham que encontrar soluções rápidas e eficazes para a multiplicidade dos problemas decorrentes do atrofamento, os mesmos insuflados durante tantos anos, de uma verdadeira infra-estrutura política e económica.

O curto período de um mês, já vivido, garante que essa esperança, não está sendo iludida. Assim, se já, nas últimas semanas, a uma maior precisão de objectivos nacionais, um alívio, de dimensão histórica, assim como a uma maior clarificação dos interesses políticos em presença, não sem que, tal tenha ocorrido em certos aspectos, de facto poder ostensivo, incoerentes com o actual contexto de luta política, que se quer livre e democrática, sem prejuízo da unidade, que em termos da actual coligação governamental deve ser mantida.

Contudo, alguns equívocos, que desequilibram o jogo político, pela confusão que provocam, subsistem ainda. A responsabilidade que o M.F.A. a si chamou, envolvendo-se na permanente análise da realidade actual e na tomada de decisões de que dependem o presente e o futuro do País, é, no entanto, suficiente garantia de que, tais equívocos, serão progressiva e firmemente esclarecidos.

Será aliás, através do esclarecimento desses equívocos e do realismo, oportunidade e eficiência das medidas legislativas de que o País necessita, que se conseguirá criar um clima social, que, sem prejuízo das liberdades democráticas conquistadas, dê ao trabalhador a confiança que lhe é devido quanto ao seu futuro.

Mais do que o estímulo ao investimento, que informações oficiais, recentemente publicadas, afirmam não haver dúvidas, pelo menos em termos de intenção, impõe-se que os trabalhadores sejam estimulados a beneficiar plenamente dos aumentos de rendimento, justamente conseguidos, transformando-os em melhoria de seu nível de vida, quer através da elevação do nível de consumo, quer pela criação de uma poupança efectiva, que reduza, ou elimine, o empenho produtivo a que se assiste.

Como em que vivíamos, estruturalmente frágil, e que tem verificado, a que sejam as empresas de maior importância, mais afectadas pelo choque consequente de um nível de rendimento, que por via legal, e através da propagação das reivindicações dos trabalhadores, se possam alcançar.

Para que "aguentar", esperando reconversões que permitam a utilização de trabalhadores integrados em actividades úteis, como dantes, sem viabilidade económica. Só assim um certo crescimento de desemprego, arma nacional "aguentar", mas paralelamente será necessário aumentar em conformidade com os níveis de rendimento de que beneficiaram, criando-se condições para a dinamização da nova economia.

Se há que dar confiança ao trabalhador, essa é agora maior do que a actual, pois só num clima de liberdade, em que cada um enquadre o seu futuro, e não seja estimulado, o desemprego será eliminado e alicerçado o Portugal Democrático, livre e socialmente próspero.

M.A.

PPD. FALA TRABALHADORES GRAIS DE SERPA (desenvolvida reportagem no próximo número)

SÁ CARNEIRO RESPONDE:

SITUAMO-NOS NUMA LINHA PROGRESSISTA NÃO MARXISTA

Salientar pontos menos esclarecidos, fornecer dados para uma definição mais clara do pensamento e da acção e, sobretudo, dissipar dúvidas que a própria evolução do Partido abriu no espírito de muitos — estes os propósitos fundamentais da entrevista que hoje publicamos.

O dr. Sá Carneiro, secretário-geral do Partido Popular Democrático, numa oportuna troca de ideias, formula conceitos, precisa intenções e, mais do que isso, baliza a trajectória actual e futura de um Partido «jovem, descomprometido e dinâmico.»

“Povo Livre” — Recentemente, o Dr. Sá Carneiro afirmou publicamente que, no processo de descolonização, se deveria “andar depressa mas sem pressas”. Quer concretizar o seu pensamento a esse respeito?”

Dr. Sá Carneiro — “Afirmo-o efectivamente quando, com os secretários gerais dos dois outros partidos, participei numa emissão de televisão, logo a seguir ao discurso do Sr. Presidente da República acerca da independência dos povos ultramarinos.

Era e é urgente acelerar o processo de libertação dos povos coloniais relativamente a um poder político estrangeiro e a interesses que não são os seus. O passo decisivo nesse sentido

Continua pág. 3



Sá Carneiro, secretário-geral do Partido Popular Democrático

A ECONOMIA PORTUGUESA COM O P.P.D. NO PODER

POLEMICA

As considerações que se seguem, relativamente ao modelo de desenvolvimento proposto pelo P.P.D., não podem deixar de se limitar, fundamentalmente, ao enunciado de princípios gerais e orientações básicas. Fica reservada para momento oportuno a divulgação do seu desdobramento em maior detalhe.

Um modelo de desenvolvimento só tem sentido quando enquadrado num projecto global de sociedade. O projecto proposto pelo P. P. D. é o da construção de um socialismo humanista e democrático cujos princípios fundamentais são: liberdade, justi-

ça, igualdade de oportunidades para todos e solidariedade. Como Partido Social-Democrata, o P. P. D. propõe-se trabalhar para se constituir em Portugal uma sociedade onde cada cidadão se sinta livre e onde tenha desaparecido toda a desigualdade social.

O desenvolvimento da riqueza material não é considerado como um fim em si mesmo, mas sim como meio instrumental para a realização do Homem em Sociedade. O progresso material não deve subjugor o Homem, mas sim libertá-lo. Dal decorre que o poder económico deve estar subordinado ao poder político democraticamente constituído, de forma a responder aos profundos desejos e interesses colectivos expressos pelo voto dos cidadãos.

Continua pág. 8

QUEM DIRIA...

Consideravam-nos uns flor no plantano, um otário no deserto, vozes que se desperdiçavam ingloriosamente num ambiente corrupto, mas que remaniam contra a maré, e sabe Deus que mais excepções honrosas nos atribuíam.

Numa assembléa, talvez por oportunismo, os excessos reivindicativos apontam-nos a pontal as costas, fazem-nos lembrar Judas, sem pejo um rebelde, chamam-nos reaccionistas. Imaginem as voltas que o mundo dá, e foi preciso apenas uma manhã.

Dá-nos a ideia é que nesse calor da escora das flores, andas por si gente que quis se botar, os louros, a fama, a glória e... “mas é que fomos os revolucionários” e, quanto aos outros, necessários para compor o “bouquet” governativo, que vão para o diabo porque a que eles são é reaccionistas. Até nos que dantes quando falávamos, diziam que era o mesmo que dar pérolas a porcos. Quem disse, de facto... Mas a boca que já sorria, pôde bem com certas ironias. E estar não são do destino.

Continua pág. 5



A SOCIAL-DEMOCRACIA PARA PORTUGAL

EDIÇÃO N.º 1 do “Povo Livre” | de 13 de agosto de 1974

O jornal oficial do PPD/PSD tinha como primeira manchete “Sá Carneiro responde: Situamo-nos numa linha progressista não marxista”. Manuel Alegria era o primeiro diretor.

CONVOCATÓRIAS PSD



RECEÇÃO TERÇA-FEIRA ATÉ 12H00 | Fax: 213 973 168 | Email: convocatorias@psd.pt

DISTRITAIS

BEJA

Nos termos dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais, publicado em suplemento no "Povo Livre", convocam-se todos os militantes do Distrito de Beja, dotados de capacidade eleitoral ativa para os Órgãos Distritais, para conforme a respetiva Secção de inscrição em que militem, reunirem **dia 26 de novembro de 2022 (sábado), pelas 14H00**, com a seguinte: ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Mesa da Assembleia Distrital
2. Eleição da Comissão Política Permanente Distrital
3. Eleição do Conselho de Jurisdição
4. Eleição dos Delegados de Secção à Assembleia Distrital
5. Eleição da Comissão Distrital de Auditoria Financeira

Notas: As urnas estarão abertas, em cada Secção, das 14H00 às 20H00 do dia 26 de novembro de 2022, sem embargo da prorrogação excepcional prevista no n.º 5 do artigo 9.º do Regulamento Eleitoral.

As listas devem ser entregues na Mesa da Assembleia Distrital, ao Presidente da Mesa ou a quem o substitua até às 24H00 do 3º dia anterior ao ato eleitoral (23 de novembro), nos termos estatutários e regulamentares vigentes.

As quotas devem ser pagas até ao 10º dia anterior ao ato eleitoral.

Os militantes deverão exercer o seu direito de voto conforme a Secção a que militem, nos locais abaixo indicados.

SECÇÕES DE VOTAÇÃO

Aljustrel - Praça da República, 17-1º - 7800 Beja

Almodôvar - Rua Pequena nº6 - 7700 Almodôvar

Alvito - Praça da República, 17-1º - 7800 Beja

Barrancos - Rua das Terçarias 7860-035 Moura.

Beja - Praça da República, 17-1º - 7800 Beja

Castro Verde - Rua Dr. António Nobre Semente nº14, Ourique

Cuba - Praça da República, 17-1º - 7800 Beja

Ferreira do Alentejo - Praça da República, 17-1º - 7800 Beja

Mértola - Praça da República, 17-1º - 7800 Beja

Moura - Rua das Terçarias 7860-035 Moura

Odemira - Rua Serpa Pinto nº1 7630-174 Odemira

Ourique - Rua Dr. António Nobre Semente nº14, Ourique

Serpa - Rua de São Luís nº1, Serpa (Antigo Edifício. Junta Freguesia Salvador)

Vidigueira - Praça da República, 17-1º - 7800 Beja

PORTALEGRE

Nos termos e para os efeitos do disposto no art.º 71 dos Estatutos do PSD, bem como das disposições conjugadas dos art.º 3º e 4º e dos n.º 1 a 4 do art.º 9 e 10º do seu Regulamento Eleitoral, convoca-se os militantes do PSD do Distrito de Portalegre para reunirem extraordinariamente em **3 de dezembro (sábado) de 2022, entre as 16H00 e as 19H00**, nos seguintes locais e com a seguinte: ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Mesa da Assembleia Distrital.
2. Eleição da Comissão Política Permanente Distrital.
3. Eleição do Conselho de Jurisdição Distrital.
4. Eleição da Comissão Distrital de Auditoria Financeira.
5. Eleição de representantes dos militantes das Secções na Assembleia Distrital.

SECÇÕES DE VOTAÇÃO

Alter do Chão - Junta de Freguesia de Alter do Chão - Alter do Chão.

Arronches - Espaço do Museu "A Brincar" - Arronches.

Avis - Rua Machado dos Santos, 56 R/C - Sede - Avis.

Campo Maior - Rua da Feira, 30 A - Sede de Elvas - Elvas

Castelo de Vide - Rua de Olivença, 13 1º - Sede - Castelo de Vide.

Crato - Junta de Freguesia de Alter do Chão - Alter do Chão.

Elvas - Rua da Feira, 30 A - Sede - Elvas.

Fronteira - Arquivo Municipal - Rua D. Francisco Portugal, 21 - Fronteira.

Gavião - Gaveto da Rua Dr. Luis Calazans, 1 - 1B - Gavião

Marvão - Salão junta de Freguesia Santo António das Areias - Santo António das Areias.

Monforte - Rua Combatente da Grande Guerra, 17 - Sede - Portalegre.

Nisa - Junta de Freguesia do Espírito Santo, Srª da Graça e São Simão - Nisa.

Ponte de Sor - Rua Luis de Camões, 28 A - Sede - Ponte de Sor.

Portalegre - Rua Combatentes da Grande Guerra, 17 - Sede Distrital - Portalegre.

Sousel - Rua Direita, 5 - Sede - Sousel.

Notas: Para efeito de entrega de listas, estas devem ser entregues na Sede Distrital até às 24H00 do terceiro dia anterior dos atos eleitorais, que decorrerão nos locais acima discriminados, nos termos estatutários e regulamentares vigentes. As quotas devem ser pagas até ao 10º dia anterior ao ato eleitoral.

Agradecemos o uso da máscara antes e durante a reunião e manter o distanciamento de segurança no sentido de salvuardarmos a nossa saúde e a daqueles que nos rodeiam.

VILA REAL

Ao abrigo dos estatutos e do Regulamento Eleitoral, para os Órgãos Distritais e Locais, convoca-se todos os militantes do Distrito de Vila Real, dotados de capacidade eleitoral, para a eleição dos Órgãos Distritais, a realizar no **dia 19 de novembro (sábado) de 2022, entre as 14H00 e as 18H00**, com a seguinte: ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Mesa da Assembleia Distrital;
2. Eleição da Comissão Política Distrital;
3. Eleição do Conselho de Jurisdição Distrital;
4. Eleição dos Delegados de Secção à Assembleia Distrital;
5. Eleição da Comissão Política Distrital de Auditoria Financeira.

LOCAIS DE VOTAÇÃO

Alijó - Sede Concelhia - Rua Cimo da Vila, Lote 5, Loja R/C Esq. - Alijó.

Boticas - Sede Concelhia - Avenida de Sangunhedo - Boticas.

Chaves - Sede Concelhia - Avenida Tenente Valadim, Edifício Valadim - Chaves

Mesão Frio - Rua do Mercado, 56 - Mesão Frio.

Mondim de Basto - Avenida Dr. Augusto Brito - Mondim de Basto.

Montalegre - Sede Concelhia - Praça de França, Edifício Cabrilho, Loja 7 A - Montalegre.

Murça - Sede Concelhia - Praça 5 de Outubro, nº 1, Sala 2 - Murça.

Peso da Régua - Sede Concelhia - Avenida Dr. Manuel de Arriaga, Edifício Tabau, Bloco 3, R/C Dto - Peso da Régua

Ribeira de Pena - Rua Adelino Amaro da Costa - Ribeira de Pena.

Sabrosa - Avenida dos Combatentes da Grande Guerra, nº1 - Sabrosa.

Santa Marta de Penaguião - Sede Concelhia - Rua Velha, Loja 3 - Santa Marta de Penaguião.

Valpaços - Sede Concelhia - Avenida 25 de Abril - Valpaços.

Vila Pouca de Aguiar - Sede Concelhia - Rua Professor Mota Pinto, nº 10 - Vila Pouca de Aguiar.

Vila Real - Sede Concelhia - Rua da Boavista, nº 11 - Vila Real.

Notas: as listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia Distrital, ou a quem o possa substituir, na Sede Distrital até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, encontrando-se a sede aberta para o efeito, naquele dia das 21H30 às 24H00.

As urnas estarão abertas, nos locais acima indicados das 14H00 às 18H00.

As candidaturas dos Delegados de Secção devem ser entregues ao Presidente da Assembleia de Secção correspondente, ou a quem o substitua, nos mesmos prazos, devendo estar abertas, nos mesmos termos e para os mesmos efeitos, nas respetivas Sedes.

Todas as Secções deverão providenciar cinco urnas para a realização, em simultâneo, dos atos eleitorais.

SECÇÕES

ALFÂNDEGA DA FÉ

Ao abrigo dos Estatutos do Partido Social Democrata, convoco a Assembleia Geral da Secção do P.S.D. de Alfândega da Fé, para o próximo **dia 18 de dezembro (domingo) 2022**, na Sede da Junta de Freguesia de Alfândega da Fé, em Alfândega da Fé com a seguinte: ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição dos Órgãos Concelhios do Partido Social Democrata de Alfândega da Fé.

Notas: A votação decorrerá das 14H00 às 17H00 do dia 18 de Dezembro.

As listas candidatas terão de ser entregues ao Presidente da Mesa, ou a quem o substitua até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

BOTICAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Boticas, para reunir, no próximo **dia 19 de novembro (sábado) de 2022, pelas 14H00**, na Sede sita na Av. de Sangunhedo, 33, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
2. Eleição da Comissão Política de Secção.

Notas: As listas candidatas deverão ser entregues, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, na sede do PSD de Boticas sita na Av. de Sangunhedo, 33, na Vila de Boticas.

As urnas estão abertas das 14H00 às 18H00.

CASTELO DE VIDE

Ao abrigo dos Estatutos do PSD e do seu Regulamento Eleitoral, convoca-se os militantes da Secção do PSD de Castelo de Vide do, para uma Assembleia da Secção a realizar no **dia 3 de dezembro (sábado) de 2022, entre as 16H00 e as 19H00**, na Sede Concelhia, sita na Rua de Olivença, nº 13 1º Esq em Castelo de Vide com a seguinte: ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Mesa da Assembleia da Secção,
2. Eleição da Comissão Política da Secção.

Notas: As candidaturas terão de ser entregues na Sede Distrital, ao Presidente da Distrital ou a quem o substitua, ou para o email psd.distritaldeportalegre@gmail.com até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral. As quotas devem ser pagas até ao 10º dia anterior ao ato.

Agradecemos o uso de máscara antes e durante o ato eleitoral. Manter o distanciamento de segurança e obedecer às recomendações da DG de Saúde.

ELVAS

Ao abrigo dos Estatutos do PSD e do seu Regulamento Eleitoral, convoca-se os militantes da Secção de Elvas do PSD para uma Assembleia da Secção a realizar no **dia 3 de dezembro (sábado) de 2022, entre as 16H00 e as 19H00**, na Sede Concelhia, sita na Rua da Feira, 30 – A em Elvas, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
2. Eleição da Comissão Política de Secção.

Notas: As candidaturas terão de ser entregues na Sede Distrital, ao Presidente da Distrital ou a quem o substitua, ou para o email: psd.distritaldeportalegre@gmail.com até às 24H00 do terceiro dia do ato eleitoral.

As quotas devem ser pagas até ao 10º dia anterior ao ato eleitoral.

Agradecemos o uso de máscara antes e durante o ato eleitoral, manter o distanciamento de segurança e obedecer às recomendações da DG de Saúde.

FRONTEIRA

Ao abrigo dos Estatutos do PSD e do seu Regulamento Eleitoral, convoca-se os militantes da Secção de Fronteira do PSD para uma Assembleia da Secção a realizar no **dia 3 de dezembro (sábado) de 2022, entre as 16H00 e as 19H00** no Arquivo Municipal sita na Rua Dr. Francisco de Portugal, 21 em Fronteira com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
2. Eleição da Comissão Política de Secção.

Notas: As candidaturas terão de ser entregues na Sede Distrital, ao Presidente da Distrital ou a quem o substitua, ou para o email: psd.distritaldeportalegre@gmail.com até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral. As quotas devem ser pagas até ao 10º dia anterior ao ato eleitoral.

Agradecemos o uso de máscara antes e durante o ato eleitoral, manter o distanciamento de segurança e obedecer às recomendações da DG Saúde.

GONDOMAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Gondomar, para reunir no próximo **dia 28 de outubro (sexta-feira) de 2022, pelas 21H00**, na Sede Concelhia, sita à Rampa dos Combatentes da Grande Guerra, nº 31 com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único: Análise da situação política.

PESO DA RÉGUA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do Peso da Régua para reunir no próximo **dia 19 de novembro (sábado) de 2022, pelas 14H00**, sita na Rua Dr. Maximiniano de Lemos, Edifício Pombinhos, nº 2, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
 2. Eleição da Comissão Política de Secção;
- Notas: As urnas estarão abertas das 14H00 às 18H00.

As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente de Mesa da Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

PORTALEGRE

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Portalegre, para reunir no próximo **dia 4 de novembro (sexta-feira) de 2022, pelas 20H30**, a realizar na Sede Distrital/Concelhia, sita na Rua Combatentes da Grande Guerra, 17 em Portalegre com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação política partidária;
2. Outros assuntos.

Nota: Agradecemos o uso da máscara antes e durante a reunião, manter o distanciamento de segurança no sentido de salvuardarmos a nossa saúde e daqueles que nos rodeiam.

RIBEIRA DE PENHA

Ao abrigo dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral, convoco os militantes da Secção do PSD de Ribeira de Pena para a Eleição dos Órgãos Locais, a realizar no **dia 19 de novembro de 2022, entre as 15H00 e as 19H00**, em Salvador - Ribeira de Pena, na Rua Adelino Amaro da Costa 7 A, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
2. Eleição da Comissão Política de Secção.

Notas: As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem o possa substituir, na Rua do Picanhol 3 A, Salvador – Ribeira de Pena até às 24 horas do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

As urnas estarão abertas, no local supracitado das 15H00 às 19H00.

RIO MAIOR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Rio Maior, para reunir em sessão ordinária, no **dia 29 de outubro (sábado) de 2022, pelas 17H00**, na Sede do PSD de Rio Maior, sita na Av. Paulo VI, 1º D, Rio Maior, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação política;
2. Outros assuntos.

SABROSA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Sabrosa, para reunir no próximo **dia 19 de novembro de 2022 (sábado), pelas 14H00**, na Junta de Freguesia de Sabrosa, sita na Avenida dos Combatentes da Grande Guerra, n.º

1 - Sabrosa, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção
2. Eleição Comissão Política de Secção

Notas: As listas candidatas deverão ser entregues, ao Presidente de Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, na Sede Distrital, Avenida da Europa, Edf. Encosta do Rio, Entrada 7 – 2º Vila Real, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, das 22H00 às 24H00.

As urnas estarão abertas das 14H00 às 18H00.

VALPAÇOS

Francisco José Fernandes Lavrador, Presidente da Mesa de Assembleia de Secção do PSD de Valpaços convoca ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, a Assembleia de Secção de Valpaços, para reunir **dia 19 de novembro (sábado) de 2022, pelas 14H00** na sua Sede, sita na Av. 25 de Abril em Valpaços, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Comissão Política de Secção,
2. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção.

Notas: As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa, ou a quem estatutariamente o possa substituir, na Sede da Secção, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

As urnas estarão abertas entre as 14H00 e as 18H00.

VILA POUÇA DE AGUIAR

Ao abrigo dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral, convoca-se os militantes da Secção do PSD de Vila Pouca de Aguiar, dotados de capacidade eleitoral, para a Eleição dos Órgãos da Secção, a realizar **dia 19 de novembro (sábado) de 2022, das 14H00 ÀS 18h00**, na Sede do PSD sita Rua Professor Mota Pinto, nº 10, em Vila Pouca de Aguiar, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
2. Eleição da Comissão Política de secção.

Notas: As listas candidatas aos referidos órgãos deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem o possa substituir, na Sede Concelhia, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, encontrando-se a Sede aberta, para o efeito, naquele dia, das 21H30 às 24H00.

CONVOCATÓRIAS JSD



RECEÇÃO SEGUNDA-FEIRA ATÉ 18H00 | Email: jsdnacional@gmail.com

V CONSELHO DISTRITAL DE AVEIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, do Regulamento Nacional dos Congressos e Conselhos Distritais da JSD e demais Regulamentos aplicáveis, convoca-se o V Conselho Distrital Ordinário da JSD Distrital de Aveiro do mandato 2021/2023, para reunir no próximo **dia 29 de outubro de 2022 (sábado), pelas 15h00m**, na Junta de Freguesia de Escariz, sita na Rua da Junta de Freguesia no 194, 4540-322, Escariz – Arouca, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1- Informações;
- 2- Aprovação da ata do IV Conselho Distrital Ordinário;
- 3- Orçamento e Políticas de Juventude;
- 4- Outros assuntos de interesse.

ERRATA

I CONSELHO DISTRITAL DA GUARDA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convoco o I Conselho Distrital do mandato 2022/2024 para reunir no próximo **dia 29 de outubro de 2022 (domingo), pelas 15h00m**, na Casa da Cultura de Figueira de Castelo Rodrigo Largo Serpa Pinto, nº 22, 6440-118 Figueira de Castelo Rodrigo, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Análise da situação política atual;
- 3 – Eleição dos representantes da JSD á Assembleia Distrital do PSD;
- 4 – Outros assuntos.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Congresso Distrital, ou a quem o substitua, até às 23h59m do sétimo dia anterior ao ato eleitoral. A entrega das listas decorre na sede do PSD Distrital da Guarda sita na Rua Marquês de Pombal na Guarda ou por correio electrónico.

O ato eleitoral decorrerá entre 17h45m e às 19h45m no local de realização do I Conselho Distrital.

ERRATA

V CONSELHO DISTRITAL DA JSD LISBOA AM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o V Conselho Distrital da JSD de Lisboa, para reunir no próximo **dia 20 de outubro (quinta-feira), pelas 21h00**, no Ramada by Wyndham Lisboa, sita na Av. Eng. Arantes e Oliveira, N.º 9, 1900-221 Lisboa, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Análise da Situação Política;
- 3 – Análise do Mandato Autárquico - 1º ano e Preparação para as Eleições de 2025;
- 4 – Outros Assuntos.

FUNDÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata e demais Regulamentos, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD Fundão para reunir, no próximo **dia 19 de novembro de 2022, com início pelas 15 horas**, na sede do PSD Fundão, sita na Rua dos Restauradores, Lote 10 R/C B.º, 6230 – 496, Fundão, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Análise dos últimos meses de mandato dos novos órgãos eleitos;
- 3 – Análise da situação política local e nacional;
- 4 – Outros assuntos.

LOURES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se Assembleia de Militantes da Concelhia de Loures para reunir no **dia 8 de Novembro 2022, pelas 21h30**, na sede do PSD Loures, sita na Sede do PSD Loures, R. Diogo Cão 7, 2660-443 Santo António dos Cavaleiros, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Outros Assuntos.

ERRATA

VILA REAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio de Vila Real, para reunir no próximo **dia 29 de outubro pelas 14 horas**, na sede do PSD de Vila Real, sita na Rua da Boavista nº13, 5000-642, Vila Real, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: – Eleição dos órgãos concelhios da JSD Vila Real:

Comissão Política Concelhia

As urnas estarão abertas das 14 horas às 16 horas.

Notas: As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Concelhia ou a quem o substitua, até às 23h59m do sétimo dia anterior ao ato eleitoral. A entrega das listas decorrerá na sede do PSD de Vila Real, sita na Rua da Boavista nº13, 5000-642, Vila Real.